

PORTARIA AGE/SEGER Nº 01-R, DE 23 ABRIL DE 2007
DOE 11.5.2007

Estabelece os procedimentos a serem adotados, no âmbito da Administração Pública Estadual, para contratação de serviços e aquisição de bens a serem efetuadas por meio de adesão a Atas de Registro de Preços.

O **Auditor Geral do Estado** e o **Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos**, no uso das atribuições legais que lhes conferem respectivamente o artigo 9º, inciso I, alínea “k”, da Lei Complementar 295, de 15 de julho de 2004, e o artigo 98, inciso VI, da Constituição Estadual, bem como a Lei Complementar nº 225, de 11 de janeiro de 2002 e, considerando o disposto no Decreto 1790-R, de 24 de janeiro de 2007,

RESOLVEM:

Art. 1º Nas contratações de serviços e nas aquisições de bens efetuadas pelos órgãos e entidades componentes da Administração Pública Estadual, direta e indireta, por meio de adesão a Atas de Registro de Preços, deverão ser adotados, obrigatoriamente, os seguintes procedimentos formais:

I – Quando o Gestor da Ata de Registro de Preços for entidade ou órgão da Administração Pública do Estado do Espírito Santo:

- a)** Elaboração do Projeto Básico que contemple, no mínimo, as seguintes informações: detalhamento técnico do objeto que se deseja adquirir, a necessidade da aquisição, o quantitativo, o(s) local(is) onde será(ão) disponibilizado(s), e o valor estimado da aquisição;
- b)** Autuação do processo de adesão;
- c)** Anexação de cópia da Ata de Registro de Preços;
- d)** Emissão de declaração do setor competente de que os itens registrados atendem às necessidades técnicas previstas no projeto básico;
- e)** Autorização do ordenador de despesas para início dos procedimentos de adesão e contratação;
- f)** Indicação da dotação orçamentária disponível para a realização da despesa;
- g)** Solicitação de adesão, efetuada pelo ordenador de despesas, ao gestor da Ata de Registro de Preços;
- h)** Anexação aos autos dos documentos comprobatórios da aquiescência do gestor da Ata de Registro de Preços e do aceite do fornecedor;
- i)** Publicação do aviso de adesão à Ata de Registro de Preços no Diário Oficial;
- j)** Elaboração da minuta do contrato ou instrumento equivalente (artigo 62 da Lei 8.666/93), conforme o modelo padrão lançado no edital de licitação originário da Ata (§ 4º do art. 17 do Decreto 1.790- R, de 24 de janeiro 2007);
- k)** Solicitação ao fornecedor da documentação de regularidade fiscal, observadas as disposições contidas nos artigos 29 e 32 da Lei 8.666/93;

- l)** Aposição de assinaturas do fornecedor e do ordenador de despesas no contrato ou instrumento equivalente;
- m)** Emissão de empenho, devidamente autorizado pelo ordenador de despesas;
- n)** Publicação do resumo do contrato ou instrumento equivalente no diário oficial;

II – Quando o gestor da Ata de Registro de Preços for entidade ou órgão de outros Estados, do Distrito Federal ou da União:

- a)** Elaboração do Projeto Básico que contemple, no mínimo, as seguintes informações: detalhamento técnico do objeto que se deseja adquirir, a necessidade da aquisição, o quantitativo, o(s) local(is) onde será(ão) disponibilizado(s), e o valor estimado da aquisição;
- b)** Autuação do processo de adesão;
- c)** Anexação ao processo de cópias da Ata de Registro de Preços (devidamente assinada) e do Edital de Licitação que a originou;
- d)** Anexação ao processo de cópias das publicações, no Diário Oficial do Estado de origem, do aviso do certame licitatório, de seu resultado e do resumo da Ata de Registro de Preços;
- e)** Anexação ao processo de cópia da publicação do aviso do certame licitatório em jornal ou em página do órgão gestor da Ata de Registro de Preços, na internet, observado o artigo 18, § 2º, do Decreto 1.790-R, de 2007;
- f)** Emissão de declaração do setor competente de que os itens registrados atendem às necessidades técnicas previstas no projeto básico;
- g)** Autorização do ordenador de despesas para início dos procedimentos de adesão e contratação;
- h)** Comprovação, pelos meios fidedignos disponíveis – compras recentes do mesmo produto/serviço, no mercado local, regional ou nacional, conforme o caso; preços publicados em sites de fornecedores e em outros veículos de mídia; tabelas de fornecedores; pesquisas de preços etc. - de que os preços registrados estão compatíveis com os praticados no mercado;
- i)** Indicação da dotação orçamentária disponível para a realização da despesa;
- j)** Solicitação de adesão, efetuada pelo ordenador de despesas, ao gestor da Ata de Registro de Preços;
- k)** Anexação aos autos dos documentos comprobatórios da aquiescência do gestor da Ata de Registro de Preços e do aceite do fornecedor;
- l)** Elaboração da minuta do contrato ou instrumento equivalente (artigo 62 da Lei 8.666/93), conforme o modelo padrão lançado no edital de licitação originário da Ata (§ 4º do art. 17 do Decreto 1.790- R, de 24 de janeiro 2007);
- m)** Envio do processo para manifestação da Procuradoria Geral do Estado – PGE;
- n)** Envio do processo para manifestação da Auditoria Geral do Estado – AGE;
- o)** Publicação do aviso de adesão à Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Estado;
- p)** Solicitação ao fornecedor da documentação de regularidade fiscal, observadas as disposições contidas nos artigos 29 e 32 da Lei 8.666/93;
- q)** Aposição de assinaturas do fornecedor e do ordenador de despesas no contrato ou instrumento equivalente;
- r)** Emissão de empenho, devidamente autorizado pelo ordenador de despesas;

s) Publicação do resumo do contrato ou instrumento equivalente no diário oficial;

§ 1º Nos casos de adesão previstos no inciso II deste artigo, quando já houver prévia adesão de outro órgão ou entidade pertencente ao Poder Executivo Estadual à mesma Ata de Registro de Preços, cujos procedimentos formais para aquisição do bem ou serviço tenham sido regularmente concluídos (alíneas “a” a “s”), poderão ser dispensados os procedimentos exigidos nas alíneas “d”, “e”, “m” e “n”, pelo órgão ou entidade que estiver efetuando a nova adesão.

§ 2º Os documentos, manifestações e pareceres exigidos nesta Portaria deverão ser anexados ao processo de contratação, na ordem cronológica de sua ocorrência.

Art. 2º Caberá ao órgão que realizar Registro de Preços ou aderir a outras Atas na forma dos incisos I e II desta Portaria, comunicar à Gerencia de Licitações, Contratos e Convênios – GELIC/SEGER, para disponibilização das informações no site oficial da SEGER, para orientação dos demais órgãos e entidades da Administração Pública.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Vitória-ES, 23 de abril de 2007.

Sebastião Carlos Ranna de Macedo

Auditor Geral do Estado

Ricardo Oliveira

Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos